

2021

Legislação sobre Arquivística e Gestão de Informação



João Paulo Lopes *

01-01-2021

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
CRÉDITOS	2
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	3
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	3
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3
REGULAMENTOS ARQUIVÍSTICOS	4
OUTRA LEGISLAÇÃO SOBRE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	10
FONTES DE INFORMAÇÃO	12

* Técnico superior de arquivo do Arquivo Histórico Municipal do Porto

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma compilação de referências de legislação sobre Arquivística e Gestão de Informação.

Reúne a legislação sobre arquivos, regulamentos arquivísticos e prazos de conservação de documentos da administração regional, local e central, bem como outros diplomas transversais, referentes a arquivos públicos e privados.

A maioria das referências contém hiperligações para os respectivos diplomas.

A compilação não é exaustiva, e será actualizada mediante disponibilidade, sem periodicidade pré-estabelecida, pelo que convém ao utilizador consultar a vigência e produção de efeitos dos diplomas referenciados.

O objectivo é disponibilizar um guia de consulta com utilidade para os profissionais que lidam com os temas tratados.

CRÉDITOS

Fotografia da capa:

"Bundesarchiv Bild 102-08112, Büro im Wasser" by Bundesarchiv, Bild 102-08112 / CC-BY-SA. Licensed under CC BY-SA 3.0 de

via Wikimedia Commons

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bundesarchiv_Bild_102-08112,_B%C3%BCro_im_Wasser.jpg#/media/File:Bundesarchiv_Bild_102-08112,_B%C3%BCro_im_Wasser.jpg

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

[Portaria nº 12/2014, JOA I SÉRIE nº 26, de 26.02.2014, p. 387](#)

- Aprova o regime de gestão de documentos para a administração regional autónoma.

[Decreto Regulamentar Regional nº 7/2008/A, DR I SÉRIE nº 84, de 30.04.2008, p. 2456](#) alterado pelo [Decreto Regulamentar Regional nº 10/2014/A, de 15 de julho](#)

- Regulamenta o regime geral dos arquivos e do património arquivístico da Região Autónoma dos Açores.

[Despacho 233/2009 \(II Série\), JOA-II nº 34, de 18.02.2009, p. 931](#) renovada, por mais três anos, pelo [Despacho nº 1317/2012, de 1 de outubro](#)

- Nomeação dos membros da Comissão Coordenadora para os Arquivos da Região Autónoma dos Açores.

[Decreto Legislativo Regional nº 10/2007/A, DR I SÉRIE nº 78, de 20.04.2001, p. 2504](#)

- Regime geral dos arquivos e do património arquivístico da Região Autónoma dos Açores.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

[Portaria nº 1253/2009, de 14 de Outubro, DR I SÉRIE nº 199, de 14.10.2009, p. 7635](#)

- Altera e republica o anexo I do Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais, aprovado pela Portaria nº 412/2001, de 17 de Abril

[Portaria nº 412/2001, DR I SÉRIE-B nº 190, de 17.04.2001, p. 2243](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Direção Geral de Arquivos

- Organismo coordenador do sistema nacional de arquivos independentemente da sua forma, suporte ou registo, disponibiliza uma série de serviços online, destacando-se os “[Documentos Técnicos e Normativos](#)”, destinados a apoiar a gestão de sistemas de arquivo em diferentes tipos de organizações, da Administração Pública às Organizações Não Governamentais.

[Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, DR I SÉRIE-A nº 209, de 08.09.2001, p. 5808](#)

- Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Para além das disposições genéricas sobre o Património Cultural Português, tem particular relevância para as áreas de arquivo o disposto no Título VII. Dos regimes especiais de protecção e valorização dos bens culturais, e em especial o Capítulo III. Do Património Arquivístico, artigos 80º a 83º.

[Lei nº 14/94, de 11 de Maio, DR I SÉRIE-A nº 109, de 11.05.1994, p. 2432](#)

- Altera, por ratificação, o Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de Janeiro, que aprova o regime geral dos arquivos e do património arquivístico visando definir os princípios que devem presidir a sua organização, inventariação, classificação e conservação, bem como as operações que permitem a sua guarda, acesso e uso, e a punição de actos de destruição, alienação, exportação ou ocultação.

[Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de Janeiro, DR I SÉRIE-A nº 19, de 23.01.1993, p. 264](#)

- Aprova o regime geral dos arquivos e do património arquivístico, visando definir os princípios que devem presidir à organização, inventariação, classificação e conservação, bem como as operações que permitem a sua guarda, acesso e uso, e a punição de actos de destruição, alienação, exportação ou ocultação.

[Lei nº 14/94, 11 de maio – Diário da República nº 109, I Série-A, de 11-05-1994](#)

- Altera, por ratificação, o Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de janeiro, que estabelece o regime geral dos arquivos e do património arquivístico – Diário da República nº 19, I Série-A, de 23-01-1993 (elimina o nº 2 do artigo 1.º, altera o artigo 6.º e adita o artigo 46.º-A)

[Decreto-Lei nº 121/92, de 2 de Julho, DR I SÉRIE-A nº 150, de 02.07.1992, p. 3146](#)

- Estabelece os princípios de gestão de documentos relativos a recursos humanos, recursos financeiros e recursos patrimoniais dos serviços da administração directa e indirecta do estado, inserindo-se na revisão global do regime jurídico dos arquivos iniciada pelo Decreto-Lei nº 44/88, de 10 de Dezembro. Prevê a aprovação de uma tabela geral de avaliação, selecção e eliminação de documentos de arquivo.

[Decreto-Lei nº 447/88, de 10 de Dezembro, DR I SÉRIE nº 287, de 10.12.1988, p. 4885](#)

- Regula a pré-arquivagem de documentação.

[Lei nº 67/98, de 26 de Outubro](#)

- Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24-10-95, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

REGULAMENTOS ARQUIVÍSTICOS

[Portaria n.º 117/2021 de 1 de junho](#)

- Aprova o regulamento para a classificação e avaliação da informação produzida no exercício de funções pelas entidades integradas na área governativa da agricultura e a respetiva tabela de seleção, bem como os formulários do auto de eliminação e do auto de entrega.

[Portaria n.º 6/2017, de 4 de janeiro \(Diário da República n.º 3/2017, Série I de 2017-01-04\)](#)

- Aprova o Regulamento de Gestão de Documentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e revoga a Portaria n.º 509/2004, de 14 de maio.

[Portaria nº 171/2014, de 5 de setembro](#)

- Aprova o Regulamento de Gestão de Documentos da Autoridade para as Condições de Trabalho.

[Portaria n.º 157/2014, de 19 de Agosto](#)

- Primeira alteração à Portaria n.º 247/2000, de 8 de maio que aprova o regulamento arquivístico para os hospitais e demais serviços do Ministério da Saúde, no que se refere à avaliação, seleção, transferência, incorporação em arquivo definitivo, substituição do suporte e eliminação da documentação.

[Portaria nº 368/2013, DR.I Série nº 249, de 24.12.2103, p. 6944](#) retificada pela [Declaração de Retificação nº 7/2014, de 7 de fevereiro](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística dos Tribunais Judiciais e dos Tribunais Administrativos e Fiscais e revoga a Portaria nº 1003/99, de 10 de novembro.

[Portaria nº 167/2012, DR I SÉRIE nº 101, de 24.05.2012, p. 2744](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P.

[Deliberação nº 207/2012, DR II SÉRIE nº 36, de 20.02.2012, p. 6151](#)

- Publica o Regulamento do Arquivo da Comissão Nacional de Eleições.

[Portaria nº 116/2011, DR I SÉRIE nº 60, de 25.03.02011, p. 1672](#)

- Aprova e publica em anexo o Regulamento de Conservação Arquivística da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

[Portaria nº 1197/2010, DR I SÉRIE nº 230, de 26.11.2010, p. 5356](#)

- Aprova e publica em anexo o Regulamento de Conservação Arquivística da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça.

[Portaria nº 1141/2010, DR I SÉRIE nº 213, de 03.11.2010, p. 4939](#)

- Aprova e publica em anexo o Regulamento de Conservação Arquivística da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

[Portaria nº 755/2010 \(2.ª Série\), DR II SÉRIE nº 207, de 25.10.2010, p. 52451](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística dos documentos de arquivo da Marinha.

[Portaria nº 231/2010, DR I SÉRIE nº 81, de 27.04.2010, p. 1448](#)

- Aprova e publica em anexo o Regulamento de Conservação Arquivística da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa.

[Portaria nº 107/2010, DR I SÉRIE nº 36, de 22.02.2010, p. 486](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

[Portaria nº 77/2010, DR I SÉRIE nº 25, de 05.02.2010, p. 325](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

[Portaria nº 1383/2009, de 4 de Novembro, DR I SÉRIE nº 214, de 04.11.2009, p. 8332](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação arquivística do Instituto da Segurança Social I.P.

[Portaria nº 1370/2009, de 27 de Outubro, DR I SÉRIE nº 208, de 27.10.2009, p. 8083](#)

- Aprova e publica em anexo o Regulamento de Conservação Arquivística do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.).

[Portaria nº 999/2009, de 8 de Setembro, DR I SÉRIE nº 174, de 08.09.2009, p. 6107](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

[Portaria nº 740/2009, de 10 de Julho, DR I SÉRIE nº 132, de 10.07.2009, p. 4359](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Direcção-Geral das Actividades Económicas do Ministério da Economia e Inovação.

[Portaria nº. 5362009, DR I SÉRIE nº 95, de 18.05.2009, p. 3153](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico das Direcções Regionais de Educação.

[Portaria nº. 331/2009, DR I SÉRIE nº 62, de 30.03.2009, p. 1925](#)

- Aprova, e publica em anexo, o Regulamento de Conservação Arquivística do INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento de Saúde, I.P., no que se refere à avaliação, selecção, conservação e eliminação da sua documentação.

[Portaria nº 1326/2008, DR I SÉRIE nº 224, de 18.11.2008, p. 8090](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico do Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

[Portaria nº 1220/2008, DR I SÉRIE nº. 207, de 24.10.2008, p. 7523](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Polícia de Segurança Pública (PSP).

[Portaria nº 747/2008, DR I SÉRIE nº 161, de 21.08.2008, p. 36883](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, o qual consta em anexo à presente Portaria e dela faz parte integrante.

[Portaria nº 418/2008, DR I SÉRIE nº 111, de 11.06.2008, p. 3405](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

[Portaria nº 96/2008, DR I SÉRIE nº 20, de 29.01.2008, p. 747](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Polícia Judiciária.

[Portaria nº 46/2008, DR I SÉRIE nº 10, de 15.01.2008, p. 536](#)

- Aprova e publica em anexo ao Regulamento Arquivístico da Faculdade de Ciências Médicas da

Universidade Nova de Lisboa.

[Portaria nº 32/2008, DR I SÉRIE nº 8, de 11.01.2008, p. 357](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística da Direcção-Geral de Reinserção Social.

[Portaria nº 12/2008, DR I SÉRIE nº 2, de 03.01.2008, p. 96](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação e Arquivístico do Instituto Politécnico do Porto.

[Portaria nº 401-A/2007, DR I SÉRIE nº 68-Supl., de 05.04.2007, p. 2218\(2\)](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Direcção-Geral do Orçamento.

[Portaria nº 52/2007, DR I SÉRIE nº 6, de 09.01.2007, p. 163](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas no que se refere à avaliação, selecção, conservação e eliminação da sua documentação.

[Portaria nº 30/2007, DR I SÉRIE nº 4, de 05.01.2007, p. 85](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística da Transportes Aéreos Portugueses S.A.

[Portaria nº 1392/2006, DR I SÉRIE nº 238, de 13.12.2006, p. 8344](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Direcção-Geral da Administração da Justiça.

[Portaria nº 1389/2006, DR I SÉRIE nº 237, de 12.12.2006, p. 8328](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

[Portaria-Extracto nº 1300/2006 \(2.ª Série\), DR II SÉRIE nº 178, de 14.09.2006, p. 18860](#)

- Aprova o regulamento arquivístico da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, anexo à presente portaria.

[Portaria nº 745/2006, DR I SÉRIE nº 147, de 01.08.2006, p. 5481](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, publicado em anexo.

[Portaria nº 684/2006, DR I SÉRIE nº 127, de 04.07.2006, p. 4735](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Secretaria-Geral do Ministério da Educação.

[Portaria nº 628/2006, DR I SÉRIE-B nº 120, de 23.06.2006, p. 4484](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.

[Portaria nº 523/2006, DR I SÉRIE-B nº 111, de 08.06.2006, p. 4082](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Direcção-Geral das Autarquias Locais relativo à avaliação, selecção e eliminação de documentação.

[Portaria nº 270/2006, DR I SÉRIE-B nº 58, de 22.03.2006, P. 2087](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico do Instituto Nacional de Estatística.

[Portaria nº 95/2006, DR I SÉRIE.B nº 21, de 30.01.2006, p. 659](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico do Centro Nacional de Pensões, dos Centros Distritais de Segurança Social e Serviços de Fiscalização do Instituto da Segurança Social, I. P.

[Portaria nº 1327/2005, DR I SÉRIE-B nº 248, de 28.12.2005, p. 7274](#)

- Altera para três anos o prazo mínimo de conservação dos documentos relativos a prescrição de medicamentos e requisições de MCD/AT/consultas, referenciados com o nº 43 na tabela anexa à Portaria nº 835/91, de 16 de Agosto.

[Portaria nº 1310/2005, DR I SÉRIE-B nº 243, de 21.12.2005, p. 7169](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística dos Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário, publicado em anexo.

[Portaria nº 1175/2005, DR I SÉRIE.B nº 223, de 21.11.2005, p. 6590](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia.

[Portaria nº 1039/2005, DR I SÉRIE-B nº 196, de 12.10.2005, p. 5987](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística da Inspeção-Geral das Actividades Culturais.

[Portaria nº 819/2005, DR I SÉRIE-B nº 176, de 13.09.2005, p. 5555](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários.

[Portaria nº 418/2005 \(2.ª Série\), DR II SÉRIE nº 62, de 30.03.2005, p. 4881](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivístico da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

[Portaria nº 414/2005, DR I SÉRIE-B nº 72, de 13.04.2005, p. 2962](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros no que se refere à avaliação, selecção e eliminação da sua documentação.

[Portaria nº 1469/2004, DR I SÉRIE-B nº 296, de 20.12.2004, p. 7197](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

[Portaria nº 1271/2004, DR I SÉRIE-B nº 235, de 06.10.2004, p. 6220](#)

- Aprova e publica em anexo o Regulamento Arquivístico do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

[Portaria nº 1264/2004, DR I SÉRIE-B nº 229, de 28.09.2004, p. 6141](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Secretaria-Geral do ex-Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

[Portaria nº 896/2004, DR I SÉRIE-B nº 171, de 22.07.2004, p. 4599](#)

- Aprova o Regulamento da Comissão de Selecção e Desclassificação, que funciona no âmbito do Instituto Diplomático.

[Despacho Conjunto nº 340/2004 \(2.ª Série\), DR II SÉRIE nº 132, de 05.06.2004, p. 8796](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico do Tribunal de Contas e respectivos serviços de apoio no que se refere à avaliação, selecção e eliminação da sua documentação.

[Portaria nº 321/2004 \(2.ª Série\), DR II SÉRIE nº 67, de 19.03.2004, p. 4247](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Inspeção-Geral da Administração Interna no que se refere à avaliação, selecção e eliminação da sua documentação.

[Portaria nº 235/2004, DR I SÉRIE-B nº 53, de 03.03.2004, p.1221](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais no que se refere à avaliação, selecção e eliminação da sua documentação.

[Portaria nº 131/2004, DR I SÉRIE-B nº 33, de 09.02.2004, p. 767](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Comissão Nacional da UNESCO, publicado em anexo.

[Portaria nº 879/2003, DR I SÉRIE-B nº 192, de 21.08.2003, p. 5274](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

[Portaria nº 763/2003, DR I SÉRIE-B nº 183, de 09.08.2003, p. 4762](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Secretaria-Geral do Ministério da Segurança Social e do Trabalho no que se refere à avaliação, selecção e eliminação da sua documentação.

[Portaria nº 726/2003, DR I SÉRIE-B nº 180, de 06.08.2003, p. 4647](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística do Instituto da Conservação da Natureza.

[Portaria nº 1185/2002, DR I SÉRIE-B nº 200, de 30.08.2002, p. 6199](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo no que se refere à avaliação, selecção e eliminação da sua documentação.

[Portaria nº 525/2002, DR I SÉRIE-B nº 102, de 03.05.2002, p. 4271](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Inspeção-Geral de Finanças no que se refere à avaliação, selecção e eliminação de documentação.

[Portaria nº 952/2001, DR I SÉRIE-B nº 182, de 07.08.2001, p. 4866](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico do Instituto Nacional de Administração, no que se refere à avaliação, selecção e eliminação da sua documentação.

[Portaria nº 686/2001, DR I SÉRIE-B nº 154, de 05.07.2001, p. 4056](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística da Inspeção-Geral das Actividades Económicas.

[Portaria nº 430/2001, DR I SÉRIE-B nº 97, de 26.04.2001, p. 2383](#)

- Aprova o Regulamento do Arquivo da Direcção-Geral do Turismo, publicado em anexo.

[Portaria nº 242/2001, DR I SÉRIE-B nº 69, de 22.03.2001, p. 1598](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística da Presidência da República.

[Portaria nº 39/2001, DR I SÉRIE-B nº 15, de 18.01.2001, p. 278](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

[Portaria nº 1185/2000, DR I SÉRIE-B nº 290, de 18.12.2000, p. 7358](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura.

[Portaria nº 1183/2000, DR I SÉRIE-B nº 290, de 18.12.2000, p. 7351](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico do Departamento de Prospectiva e Planeamento no que se refere à avaliação, selecção e eliminação da sua documentação.

[Portaria nº 272/2000, DR I SÉRIE-B nº 118, de 22.05.2000, p. 2244](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística do Exército, publicado em anexo.

[Portaria nº 1003/99, DR I SÉRIE-B nº 262, de 10.11.1999, p. 7904](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística dos Tribunais Judiciais.

[Portaria nº 938/99 \(2.ª Série\), DR II SÉRIE nº 207, de 04.09.1999, p. 13318](#)

- Aprova o Regulamento Arquivístico da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria de Publicidade, o qual é publicado em anexo.

[Portaria nº 456/99, DR I SÉRIE-B nº 144, de 23.06.1999, p. 3730](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística dos Governos Cívicos.

[Portaria nº 360/98, de 26 de Junho, DR I SÉRIE-B nº 145, de 26.06.1998, p. 2856](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística da Direcção-Geral de Viação.

[Portaria nº 454/96, de 9 de Setembro, DR I SÉRIE-B nº 209, de 09.09.1996, p. 3068](#)

- Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística do Serviço Nacional de Bombeiros, publicado em anexo. Dispõe sobre a avaliação, selecção, transferência, incorporação em arquivo definitivo e eliminação da documentação do Serviço Nacional de Bombeiros e estabelece os respectivos prazos de conservação.

[Portaria nº 1156/95 de 21 de Outubro, DR I SÉRIE-B nº 219, de 21.09.1995, p. 5906](#)

- O Regulamento Arquivístico da Polícia Judiciária que dispõe sobre a avaliação, selecção, transferência, incorporação em arquivo definitivo e eliminação da documentação do citado organismo. Regula ainda o acesso e comunicabilidade dos arquivos da PJE, comete a fiscalização do disposto neste diploma aos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Este diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.
- (Rectificada pela Declaração de Rectificação nº 146/95, de 31 de Outubro, DR I SÉRIE nº 252-3.º Suplemento, de 31.10.1995, p. 6774(14).

[Portaria nº 707/95, de 04 de Julho, DR I SÉRIE-B nº 152, de 04.07.1995, p. 4265](#)

- Aprova o regulamento arquivístico da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, publicado em anexo, que dispõe sobre a avaliação, selecção (de acordo com tabela anexa), preservação e eliminação da documentação. Atribui aos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (AN/TT) a inspeção técnica sobre execução do disposto neste regulamento.
- (Rectificada pela Declaração de Rectificação nº 114-D/95, de 31 de Agosto, DR I SÉRIE-B nº 201-2.º Supl, de 31.08.1995, p. 5492(6).

[Decreto Regulamentar nº 16/95, de 29 de Maio, DR I SÉRIE-B nº 124, de 29.05.1995, p. 3374](#)

- Aprova o regulamento arquivístico dos documentos relativos a transfusão de sangue, designadamente a

recolha e administração de sangue em estabelecimentos de saúde públicos ou privados. A referida documentação deve ser registada e conservada pelo prazo mínimo de 50 anos a partir da data da última actualização e está sujeita a sigilo profissional, sendo somente acessível a pessoal médico relacionado com a actividade transfusional. Publica em anexo o elenco de documentos sujeitos ao presente regulamento.

- (Revogado o nº 2 do art. 1.º pelo Decreto-Lei nº 267/2007, de 24.07.2007, DR I SÉRIE nº 141, p. 4696).

Portaria nº 681/94, de Julho, DR I SÉRIE-B nº 168, de 22.07.1994, p. 4056

- Aprova o regulamento arquivístico do Hospital de Egas Moniz no que se refere à avaliação, selecção, transferência, incorporação em arquivo definitivo, microfilmagem e eliminação de documentação.

Portaria nº 217/94, de 13 Abril, DR I SÉRIE-B nº 86, de 13.04.1994, p. 1706

- Aprova o regulamento arquivístico dos Serviços Municipalizados de água e Saneamento da Câmara Municipal de Almada, no que se refere a avaliação, selecção, transferência, incorporação em arquivo definitivo, microfilmagem e eliminação da sua documentação, que consta de anexo a presente Portaria.

Portaria nº 102/94, de 10 Fevereiro, DR I SÉRIE-B nº 34, de 10.02.1994, p. 646

- Aprova o Regulamento Arquivístico do Hospital Distrital de Viana do Castelo, publicado em anexo à presente Portaria. O referido Regulamento dispõe sobre avaliação e classificação, selecção, eliminação e reprodução de documentos.

Portaria nº 485/92, de 11 de Junho, DR I SÉRIE-B nº 134, de 11.06.1992, p. 2801

- Aprova o regulamento de conservação arquivística da Comissão Nacional de Eleições, publicado em anexo.

Portaria nº 1125/91, de 30 de Outubro, DR I SÉRIE-B nº 250, de 30.10.1991, p. 5590

- Aprova o regulamento arquivístico da maternidade Doutor Alfredo da Costa, publicado em anexo.

Portaria nº 835/91, de 16 de Agosto, DR I SÉRIE-B nº 187, de 16.08.1991, p. 4166

- Aprova o regulamento arquivístico (em anexo) da Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários das Administrações Regionais de Saúde.
- Alterado para 3 anos, o prazo mínimo de conservação dos documentos relativos a prescrições de medicamentos e requisições do MCD/AT/consultas, referenciados com o nº 43 na tabela anexa ao presente diploma, pela Portaria nº 1327/2005, de 28 de Dezembro, DR I SÉRIE-B nº 248, de 28.12.2005.

Portaria nº 722/91, de 24 de Julho, DR I SÉRIE-B nº 168, de 24.07.1991, p. 3696

- Aprova o regulamento de conservação arquivística do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

OUTRA LEGISLAÇÃO SOBRE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Lei n.º 26/2016, de 22 de Agosto

- Aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro.

Artigo 47.º

Norma revogatória

São revogadas:

- a) A Lei n.º 19/2006, de 12 de junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro;
- b) A Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro

- Aprova o novo Código do Procedimento Administrativo
CAPÍTULO II - Princípios gerais da atividade administrativa: Artigo 17º - Princípio da administração aberta
CAPÍTULO IV - Do direito à informação: Artigos 82.º a 85.º

Portaria nº 215/2011 de 31 de Maio

- O Programa do XVIII Governo Constitucional estabelece como prioridade a continuação das reformas de modernização do Estado, com o objectivo de simplificar a vida aos cidadãos e às empresas. A iniciativa «Licenciamento zero» visa dar cumprimento a esta prioridade e é um compromisso do Programa SIMPLEX de 2010 e uma das medidas emblemáticas da «Agenda Digital 2015».

Portaria nº 145-A/2011 de 6 de Abril

- Altera a Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do nº 2 do artigo 54.º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.
Artigo 49.º - Restituição e destruição de documentos

Portaria nº 1253/2009 de 14 de Outubro

- O Decreto-Lei nº 447/88, de 10 de Dezembro, ao revogar o Decreto-Lei nº 29/72, de 24 de Janeiro, determinou que a avaliação, a selecção e a eliminação de documentos deveriam constar de portaria. Esta matéria foi regulada pela Portaria nº 412/2001, de 17 de Abril.

Decreto-Lei nº 88/2009 de 09 de Abril

- No que diz respeito ao regime dos documentos electrónicos e da assinatura electrónica e salvaguardadas as exigências de compatibilização com a Directiva nº 1999/93/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro, o presente decreto -lei procede à respectiva harmonização com o Decreto -Lei nº 116 - A/2006, de 16 de Junho, designadamente no que diz respeito à utilização de certificados qualificados por entidades públicas.

Lei nº 16/2008 de 01 de Abril

- Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2004/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual, procedendo à terceira alteração ao Código da Propriedade Industrial, à sétima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e à segunda alteração ao Decreto -Lei nº 332/97, de 27 de Novembro.

Decreto-Lei nº 200/2006 de 25 de Outubro

- Estabelece o regime geral de extinção, fusão e reestruturação de serviços públicos e de racionalização de efectivos.

Lei nº 19/2006 de 12 de Junho

- Regula o acesso à informação sobre ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2003/4/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro.

Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de Março

- Actualiza e flexibiliza os modelos de governo das sociedades anónimas, adopta medidas de simplificação e eliminação de actos e procedimentos notariais e registrais e aprova o novo regime jurídico da dissolução e da liquidação de entidades comerciais

© 2021 João Paulo Fernandes Lopes

Actualizado em 2021/09/24 (V4.0)

Artigo 8.º altera o Código Comercial Português, no Artigo 40.º - Obrigação dos comerciantes de arquivar a correspondência, a escrituração mercantil e os documentos a ela relativos, por um período de dez anos, podendo ser arquivados com recurso a meios electrónicos.

Despacho conjunto nº 89/2005 de 30 de Dezembro

- O Decreto-Lei nº 290-D/99 de 2 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 62/2003, de 3 de Abril, diploma que regula a validade, eficácia e valor probatório dos documentos electrónicos e a assinatura electrónica.

Decreto-Lei nº 47/2004 de 03 de Março

- Define o regime geral das incorporações da documentação de valor permanente em arquivos públicos.

Decreto-Lei nº 62/2003 de 03 de Abril

- O presente Decreto-Lei visa compatibilizar o regime jurídico da assinatura digital estabelecido no Decreto-Lei nº 290-D/99, de 2 de Agosto, com a Directiva nº 1999/93/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro, relativa a um quadro legal comunitário para as assinaturas electrónicas.

Decreto-Lei nº 51/2002 de 02 de Março

- Atribui relevância jurídica à disponibilização e submissão por via electrónica dos modelos dos formulários dos organismos públicos integrados na administração Pública.

Portaria nº 1039/2001 de 27 de Agosto

- Estabelece, ao abrigo do nº 03 de art. 03 do DL nº 106/2001, de 6-4, as normas relativas ao envio por correio electrónico da declaração de remunerações que os constituíntes estão obrigados a entregar nos serviços competentes do sistema de solidariedade e segurança social. Revoga o despacho nº 3172/99, de 20-1. O presente diploma produz efeitos à data da entrada em vigor do citado DL nº 106/2001, de 6-4.

Decreto-Lei nº 279/2000 de 10 de Novembro

- Autoriza as instituições de Crédito a digitalizarem cheques, avisos e ordens bancárias de transferência ou pagamento e talões de depósito.

Decreto Regulamentar nº 16/2000 de 02 de Outubro

- Estabelece ao abrigo do disposto no art. 05 do DL nº 375/99, de 18-09, as condições e os requisitos de utilização da factura ou documento equivalente transmitidos por via electrónica pelos sujeitos passivos de relação de imposto.

Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de Agosto

- Aprova o regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital. Define “documento electrónico” como o “documento elaborado mediante processamento electrónico de dados”. Estabelece a necessidade de associar, a cada documento electrónico que formalize um acto administrativo, informação contextual que o torne facilmente identificável.

Lei nº 105/97 de 13 de Setembro

- Obriga as entidades públicas e privadas a manter durante cinco anos os registos de todos os recrutamentos.

Decreto-Lei 221/96, de 23 de Novembro

- Autoriza as empresas de seguros a utilizar a microfilmagem e o disco óptico para os documentos que devam manter em arquivo.

Decreto-Lei nº 295/91, de 16 de Agosto

- Disciplina o regime de microfilmagem de documentos efectuada por companhias de seguros e resseguros estabelecidas em Portugal.

Portaria 118/90 de 15 de Fevereiro

- Estabelece as condições a que deve obedecer a microfilmagem de documentos para efeitos fiscais.

Portaria nº 974/89 de 13 de Novembro

- Aprova o Regulamento das operações de microfilmagem de cheques.

Decreto-Lei 110/89 de 13 de Abril

- Permite a microfilmagem, arquivo temporário e posterior destruição dos cheques apresentados a pagamento em instituições de crédito, públicas ou privadas.

Decreto-Lei 442-B/88 de 30 de Novembro de 1988

- Aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)
Artigo 98.º (Obrigações contabilísticas das empresas) – Estabelece prazos de conservação de livros de contabilidade, registos auxiliares e respectivos documentos de suporte.

Decreto-Lei nº 63/85 de 14 de Março

- Aprova o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos
Versão vigente: [Lei nº 65/2012, de 20 de Dezembro](#)

Decreto-Lei nº 429/77 de 15 de Outubro

- Estabelece normas relativas à salvaguarda de arquivos e bens culturais pertencentes a empresas privadas.

Portaria nº 703/76 de 25 de Novembro

- Determina os prazos de conservação e arquivo dos documentos na posse de empresas públicas. Define que os prazos de conservação dos documentos do artigo 40.º do Código Comercial sejam abrangidos pelas instituições de crédito nacionalizadas.

Portaria 206/76 de 18 de Maio

- Determina que o prazo do art.º 40.º do Código Comercial seja aplicável ao Banco de Portugal quanto à obrigatoriedade de conservar em arquivo os elementos da sua escrita principal.

FONTES DE INFORMAÇÃO

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA – Diário da República eletrónico. [Em linha]. Lisboa: INCM, 2006-201-. Actual. 22 Jun. 2015. [Consult. 23 Jun. 2015]. Disponível em: <https://dre.pt>. ISSN 0870-9963.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Legislação sobre arquivos, regulamentos arquivísticos e prazos de conservação de documentos da administração regional, local e central. [Em linha]. Angra do Heroísmo: Centro de Informação (Biblioteca, Arquivo e Documentação) da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores, 2015. [Consult. 22 Junho 2015]. Disponível em: <http://www.vpgr.azores.gov.pt/Sites/cid/BibliotecaArqDocumentacao.html>

PORTUGAL. Ministério Público. Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa – PGDL Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, Ministério Público. [Em linha]. Lisboa: PGDL, Cop. 2001-2017. [Consult. 05 Maio 2017]. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/home.php>.